



Brasil na Opep sinaliza mais carbono e menos energia limpa

O Brasil aderiu à Carta de Cooperação entre Países Produtores de Petróleo (CoC), um fórum de discussão ligado à Organização dos Países Produtores de Petróleo (Opep). A decisão sinaliza uma mudança de rumo na política ambiental do governo, às vésperas da Conferência das Nações Unidas para o Clima (COP30), em Belém (PA), ao lado da controversa decisão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de explorar o petróleo na região da Margem Equatorial, na bacia da Foz do Amazonas.

Com as bênçãos de Lula, a decisão foi tomada ontem pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) e anunciada pelo ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, enquanto a ministra do Meio Ambiente (Rede), Marina Silva, muito pressionada por seu próprio partido e pelas organizações e lideranças ambientalistas, ainda permanece numa espécie de "silêncio obsequioso".

Silveira minimizou as críticas de ambientalistas sobre a entrada do país no grupo. "É apenas uma carta e fórum de discussão de estratégias dos países produtores de petróleo. Não devemos nos envergonhar de sermos produtores de petróleo", argumenta. O governo também anunciou a intenção de aderir à Agência Internacional de Energia (EIA, em inglês) e à Agência Internacional de Energia Renovável (Irena, em inglês).

A entrada na Opep+ sinaliza um projeto de desenvolvimento assentado na economia do carbono pelo espaço de mais ou menos uma geração, com eixo da Região Norte do país, para onde se deslocou a Vale, já faz tempo, outra empresa de grande porte e atividade altamente agressiva ao meio ambiente: a mineração. Indústrias primárias e altamente poluentes sempre foram atrativas para estados carentes de investimento. Para políticos, empresariais e a população de baixa renda da Amazônia, essas atividades são uma alternativa ao avanço do cultivo e todo tráfico de drogas pelo crime organizado.

Entretanto, pode haver um erro de estratégia da Petrobras ao dobrar a aposta na exploração de petróleo no Amapá e retardar sua transição para uma empresa de tecnologia de energia limpa e produção de combustíveis verdes. Hoje, temos reservas de cerca de 16 bilhões de barris de petróleo no pré-sal; a estimativa da exploração da Margem Equatorial da Foz da Amazônia é de 14 bilhões de barris. Isso equivale às reservas do Cazaquistão.

As maiores reservas estão nos seguintes países: Venezuela (303 bilhões de barris), na Faixa do Orinoco; Arábia Saudita (267 bilhões), que encabeça a Opep; Canadá (170 bilhões), nas areias betuminosas de Alberta; Irã (155 bilhões); Iraque (145 bilhões); Rússia (108 bilhões); Kuwait (101 bilhões); Emirados Árabes Unidos (98 bilhões), concentradas em Abu Dhabi; Estados Unidos (69 bilhões), impulsionada pelo fracking e xisto betuminoso; Líbia (48 bilhões); e Nigéria (37 bilhões); e China (26 bilhões de barris), atrás do Cazaquistão e do Brasil (se houver petróleo na Margem Equatorial).

Carro elétrico

Criada em 1960, a Opep reúne 13 grandes produtores de petróleo: Arábia Saudita, Irã, Kuwait, Venezuela, Iraque, Argélia, Equador, Gabão, Indonésia, Líbia, Nigéria, Catar e Emirados Árabes Unidos, um cartel que jogou o preço do petróleo para cima e pode baixá-lo quando houver redução do consumo de combustíveis fósseis, inviabilizando a exploração para quem tem custos de produção mais elevados. Os países árabes têm uma estratégia de transição para a nova economia, da qual Dubai é o principal "case", com horizonte de 50 anos.

O Brasil foi convidado, em 2023, para a Opep+. Criado em 2016, esse grupo reúne países produtores e exportadores de petróleo que não fazem parte oficialmente do cartel, mas colaboram em políticas internacionais de petróleo. São mais de 20 nações, entre as quais Azerbaijão, Bahrein, Malásia, México e Rússia. Com produção de 3,672 milhões de barris de petróleo por dia, o Brasil hoje é o nono maior produtor de petróleo do mundo e o primeiro da América Latina. Mas isso não elimina o risco de ficar com um mico na mão.

Onde mora o perigo? No carro elétrico. Sua popularização seria a chave para manter o crescimento, liderado pelo mercado interno e pela economia dos serviços, e sem os inconvenientes da gasolina. A China aposta fortemente nessa opção, e o Brasil tem a possibilidade de adoção de modelos híbridos, com o etanol. Um ciclo de exploração de petróleo em águas profundas leva de 15 a 20 anos. A Petrobras corre o risco de perder o bonde para o carro elétrico, sobretudo quando os chineses inundarem o mercado mundial, e consumo de petróleo se reduzir.

Em nota, a organização não governamental (ONG) WWF -Brasil, que atua em defesa do meio ambiente em todo o país, criticou a posição do governo e lembrou que poucos países no mundo estão tão bem posicionados para a transição para energias renováveis como o Brasil. Com a decisão de explorar petróleo até a última gota, o país abdica de ser um líder da nova economia descarbonizada.

ATOS GOLPISTAS

Bolsonaro se reúne com senadores aliados para traçar estratégias sobre o Projeto de Lei da Anistia e o projeto de lei complementar que muda a Lei da Ficha Limpa

Ex-presidente aposta no Congresso para se salvar

» ISRAEL MEDEIROS

oras antes de ser denunciado pela Procuradoria-Geral da República (PGR) por tentativa de golpe de Estado, o ex-presidente Jair Bolsonaro esteve no Senado, ontem, para almoçar com parlamentares aliados e traçar estratégias sobre o Projeto de Lei da Anistia e o projeto de lei complementar que muda a Lei da Ficha Limpa. Ambos os textos estão na Câmara e precisariam passar pelo Senado para serem aprovados.

Bolsonaro, que já defendeu a Lei da Ficha Limpa no passado, repetiu o que já tem dito em entrevistas recentes: argumentou que a legislação está sendo usada para "perseguir" a direita e para beneficiar a esquerda.

"A Dilma foi cassada aqui (no Senado). Acharam uma gambiarra e a tornaram inelegível. O Lula, tiraram da cadeia, anularam os processos, e ele foi e disputou a eleição. Ora, Sérgio Cabral está elegível (...). Nos Estados Unidos, não tem Lei da Ficha Limpa. Se tivesse, o Trump estaria inelegível", afirmou.

O ex-presidente está proibido de concorrer em eleições por oito anos a contar do pleito de 2022. Ele foi condenado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) em dois processos por abuso de poder político e econômico e uso indevido dos meios de comunicação. Para voltar ao jogo



Bolsonaro no Senado: ex-presidente disse haver votos para aprovar o Projeto de Lei da Anistia

político em 2026, precisaria encontrar uma forma de anular as condenações na Justiça Eleitoral. A chance de isso ocorrer, no entanto, é mínima.

A alternativa é articular pela aprovação de um projeto do deputado federal bolsonarista Bibo Nunes (PL-RS). O texto prevê que o prazo de inelegibilidade previsto na Lei da Ficha Limpa diminua de oito para dois anos, o que beneficiaria diretamente Bolsonaro e uma série de outros políticos de direita que foram condenados. O texto é relatado na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) por um outro bolsonarista: o deputado Filipe Barros (PL-PR).

Outra frente da articulação bolsonarista no Congresso é a aprovação do PL da Anistia. Com Bolsonaro denunciado por tentativa de golpe de Estado, seus aliados negam categoricamente que houve planos de ruptura democrática, embora a Polícia Federal tenha reunido uma série de provas documentais e testemunhais que mostram o contrário e apontam o ex-presidente como o líder da ofensiva golpista.

Bolsonaro disse, ontem, que acredita haver votos suficientes para aprovar a medida, embora essa avaliação seja diferente da de deputados ouvidos pelo Correio.

Ele elogiou falas recentes do presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), que também negou ter havido uma tentativa de golpe e defendeu penas mais brandas para os extremistas que depredaram as sedes dos Três Poderes. Disse, ainda, que conversou recentemente com o presidente do PSD, Gilberto Kassab, sobre o assunto e que acha que o partido apoiará a pauta no Congresso.

"Hoje, o que eu sinto, conver-

sando com parlamentares como do PSD, a maioria votaria favorável. Eu acho que na Câmara já tem quórum para aprovar a anistia", sustentou.

O PSD, no entanto, tem uma bancada diversa. Com 44 deputados, há congressistas alinhados a Bolsonaro e ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O fato é que Kassab tem demonstrado insatisfação com a relação com o governo, já que pleiteia mais espaço na Esplanada. Procurado, o PSD não se manifestou.

Tarcísio nega candidatura

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), afirmou que o seu candidato à Presidência da República em 2026 é o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). "Foi a pessoa que me abriu as portas", disse, em um vídeo compartilhado nas redes sociais, após a divulgação de que, nos bastidores, ele tem dito que aceitaria disputar a Presidência.

Tarcísio compartilhou um trecho de uma entrevista à Revista Oeste em que exalta sua relação com o ex-presidente e questiona os motivos que levaram Bolsonaro à inelegibilidade.

"Bolsonaro é o detentor do capital político, então a direita tá com Bolsonaro. É o grande líder da direita, é a grande referência, construiu esse capital", frisou.

Segundo o governador paulista, ele tem interesse em se manter na gestão estadual e torce para que o ex-presidente possa retornar a Brasília.

"Eu ficaria muito feliz de estar trabalhando aqui em São Paulo por essa continuidade. E uma coisa que me ajudaria muito: ter Bolsonaro lá de novo em Brasília, porque seria outra coisa."

Nos bastidores, como publicado pelo colunista Lauro Jardim, do jornal O Globo, Tarcísio teria admitido, em uma conversa em Nova York, que deve ser o candidato

à Presidência no próximo pleito. Com Bolsonaro inelegível, o nome do chefe do Executivo estadual é ventilado como um dos possíveis substitutos da direita. Um levantamento divulgado, ontem, pelo Instituto Paraná Pesquisas sobre as intenções de voto para a eleição presidencial de 2026 mostrou empate técnico entre Tarcísio e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva em um eventual segundo turno. Caso a disputa fosse entre Bolsonaro e o petista, Lula perderia. O levantamento foi contratado pelo PL.

No vídeo, Tarcísio questiona o processo contra o ex-presidente. "Os motivos que afastaram Bolsonaro do cenário político, da inelegibilidade, são absolutamente patéticos, não tem nada importante, não tem. Procuraram questões muito simplórias e sem sentido para afastar uma grande liderança do jogo democrático", sustentou o governador.

